



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 98/XIV/ 3.ª SL

Aos 16 dias do mês de novembro de 2021, pelas 11:10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

Parte I

Audiência da Comissão de Assuntos Europeus do Senado Romeno (através de videoconferência)

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputado Luís Capoulas Santos, manifestou grande satisfação no encontro, agendado na sequência da audiência do dia 12 de outubro, em Lisboa. Explicou que esta reunião tinha como propósito trocar informações sobre a realidade europeia num momento em que a pandemia recrudescer em muitos países da União Europeia (UE) e também em Portugal, ainda que de forma menos violenta, dado o êxito da taxa de vacinação. Explicou que a crise pandémica é indissociável da crise económica, referindo os esforços realizados para dar uma resposta adequada, aludindo ao papel relevante da Presidência portuguesa do Conselho Europeu nesse contexto, chamando para a agenda política as questões sociais e possibilitando novos e inovadores instrumentos financeiros, que permitirão fazer frente à situação que se vive. Fazendo referência à crise política vivida na Roménia, explicou que também Portugal vivencia uma crise política, com o anúncio pelo Presidente da Assembleia da República da dissolução da Assembleia da República e o agendamento de novas eleições legislativas. Aludiu também às boas relações entre os dois países e às semelhanças entre ambos, fazendo votos que esta cooperação interparlamentar possa prosseguir com mais intensidade na nova legislatura. De seguida deu nota de como se iria organizar a reunião, apresentando os membros da CAE presentes na reunião.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 98/XIV/ 3.ª SL

Angel Tîlvăr, Presidente da CAE do Senado romeno, agradeceu as palavras do Presidente da CAE e a disponibilidade no encontro anterior e nesta reunião. De seguida, apresentou os membros que iriam intervir na reunião e por fim, referiu-se aos mais de 30 mil cidadãos romenos que residem em Portugal, referindo que quando fez parte do Governo romeno esteve em Lisboa e pôde assistir à celebração do dia da Roménia agradecendo o apoio das autoridades portuguesas.

A primeira ronda do debate iniciou-se com a Senhora Deputada Anca Dragu (GP da União para salvar a Roménia), que felicitou Portugal pelo êxito da campanha de vacinação, explicando a importância da solidariedade no contexto global que se vive e a urgência em se encontrarem soluções para os problemas sanitários e económicos. Referiu a necessidade de um novo modelo de crescimento económico inclusivo e baseado na energia verde, de reformas económicas mais resilientes que permitam aumentar a competitividade no plano mundial, na aposta em cadeias de produção mais curtas e direcionadas para novas indústrias, e, por fim destacou o programa *NextGenerationEU*.

Seguiu-se a intervenção da Deputada Edite Estrela (GP do PS) que aludiu à taxa de vacinação na Roménia, uma das mais baixas a nível europeu, questionou sobre os novos desenvolvimentos na situação política na Roménia, e, por último, informando ser corelatora da comissão de monitorização do Conselho da Europa para a Roménia, referiu-se ao relatório sobre Estado de direito, destacando as preocupações, nomeadamente, a independência do poder judicial, o combate à corrupção, a falta de pluralismo nos *media*, a discriminação da minorias, os retrocessos nos direitos das mulheres e os problemas com as condições das prisões e questionou sobre os progressos e medidas que estão a ser tomadas.

Em relação à crise política, o Presidente da CAE romena, Angel Tîlvăr, explicou que esta não tem afetado o Estado democrático e que os grupos políticos estão em negociações no sentido de chegar a uma rápida solução para ultrapassar a crise política.

O Deputado Robert-Marius Cazanciuc (GP do Partido Social Democrata) explicou que a Roménia quando aderiu à UE em 2007 ainda não havia alcançado os progressos necessários em matéria de reforma dos seus sistemas judiciais e de luta contra a



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 98/XIV/ 3.ª SL

corrupção, tendo a Comissão Europeia criado um mecanismo de cooperação e de verificação, como medida transitória para ajudar a colmatar essas lacunas, informando que durante o período em que conduziu o Ministério da justiça, no âmbito desse mecanismo tiveram 3 relatórios positivos. Em relação aos estabelecimentos prisionais explicou os esforços realizados no sentido de melhorar as suas condições, bem como a necessidade de financiamentos para a sua concretização, fazendo ainda referência a dois projetos para a criação de novos estabelecimentos prisionais que contemplam uma política eficiente de reintegração dos reclusos na vida social. Sobre este tema o Senhor Presidente da CAE referiu que também em Portugal a modernização do sistema prisional representa um desafio para o pleno cumprimento dos direitos humanos, saudando os esforços da Roménia em encontrar soluções para este problema.

O Deputado Paulo Moniz (GP do PSD) focou o tema da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE), dando nota que a CAE tem participado de forma ativa nas várias iniciativas surgidas no seu âmbito, manifestando preocupação em traduzir os contributos dos cidadãos em medidas concretas, e aproximar o cidadão e o projeto europeu, que contrarie a elevada taxa de abstenção nas eleições europeias. Fez também referência à COP26 explicando a sua interligação com a CoFE, na medida em que uma das dimensões centrais que se discute na Europa é a transição energética e as alterações climáticas, considerando que a ambição que existia no início da COP26 se foi esbatendo, não indo ao encontro daquela que tem sido a mensagem da UE, reforçando a necessidade de um alinhamento global para uma verdadeira transição verde. Por fim, questionou quais as áreas estratégicas da Roménia para o seu Plano de Recuperação e Resiliência (PNR).

A Deputada Gabriela Creţu (GP do Partido Social Democrata) expressou grande descontentamento com a morosidade na definição dos aspetos organizativos da CoFE, com a curta duração da Conferência, bem como das sessões plenárias, explicando que todo o processo é confuso. Referiu-se também à necessidade de reformular o sistema monetário e de reformas estruturais que possam dar resposta ao populismo que cresce na Europa. Aludiu também ao *Green Deal*, aos interesses comuns no futuro da agricultura, ao financiamento do ensino, à perda do trabalho qualificado, à necessidade de se adaptar o trabalho aos novos mercados, bem como aos sectores que serão necessários para a reindustrialização da Europa.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 98/XIV/ 3.ª SL

O Deputado Angel Tîlvăr referiu que o PNR foi aprovado pela Comissão Europeia a dia 27 de setembro com um financiamento de 27 milhões de euros, explicando o que o Parlamento vai monitorizar diretamente a aplicação do PNR pelo Governo romeno.

A segunda ronda de intervenções iniciou-se com o Deputado Sorin-Ioan Bumb (GP do Partido Nacional Liberal) que referiu a importância das medidas para fazer frente às alterações climáticas e ajudar na transição verde; a relevância da Europa se tornar o primeiro continente com 0% de emissões de gases com efeito de estufa até 2050; a necessidade de criação de novos empregos assente numa economia moderna e competitiva, bem como a necessidade de financiamentos para projetos que apoiem a transição para uma energia limpa, explicando os progressos realizados no uso de energia proveniente de energias renováveis, questionando os progressos alcançados por Portugal neste âmbito.

O Senhor Presidente da CAE, em relação à CoFE acompanhou muitas das preocupações partilhadas pela Senhora Deputada Gabriela Crețu mas manifestou expectativas positivas quanto ao seu futuro. Informou dos progressos feitos por Portugal no âmbito da transição energética, dando nota que o Governo decidira encerrar a última central a carvão e grande parte da energia já provinha de fontes de energias renováveis.

A Deputada Fabíola Cardoso (GP do BE) alertou para a necessidade de se garantir que a transição energética fosse também uma transição justa em termos sociais, respeitando e garantindo os direitos dos trabalhadores dos setores que iriam sofrer a transição, nomeadamente o apoio na reconversão profissional, explicando que tal seria fundamental para afastar o risco de resistência à mudança, questionando que estratégias a Roménia estava a desenvolver para acautelar uma transição justa. Por último explicou que os direitos das pessoas LGBT constituíam um barómetro para avaliar o cumprimento não só dos direitos humanos, mas também da garantia da liberdade, da democracia e do próprio Estado de direito, e atendendo ao facto de se verificar em alguns países vizinhos da Roménia avanços populistas de extrema-direita que têm atacado os direitos e as vidas das pessoas LGBT, questionou como avaliava a Roménia a situação das pessoas LGBT em termos legais e sociais.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 98/XIV/ 3.ª SL

O Deputado Vlad-Mircea Pufu (GP do Partido Nacional Liberal) explicou que a aplicação uniforme das medidas contidas no pacote objetivo 55 acarretaria sérios problemas, atendendo aos diferentes pontos de partida entre os países da UE e que a implementação destas medidas na Roménia iria ter um impacto muito grande, quer nos cidadãos quer na indústria, dando o exemplo da indústria automóvel, os problemas relacionados com as fontes de aquecimento e a eficiência energética dos edifícios. Considerou, assim, que deveria ser dado a cada Estado-Membro a possibilidade de implementar as suas próprias políticas para que a economia e a qualidade de vida dos cidadãos não fossem afetadas.

Seguiu-se a intervenção do Deputado Robert-Marius Cazanciuc (GP do Partido Social Democrata) que questionou sobre se Portugal tinha uma política para apoiar os portugueses que tivessem deixado o país por questões económicas e quisessem regressar. Em resposta o Senhor Presidente da CAE explicou que o Estado tinha concedido apoios aos portugueses que manifestaram vontade em regressar ao país.

A Deputada Cristina Mendes da Silva (GP do PS) destacou a Cimeira Social do Porto como uma marca importante da Presidência portuguesa do Conselho da UE e questionou que medidas a Roménia estava a implementar neste âmbito. Sobre o PNR referiu que este ajudaria a implementar as reformas necessárias em áreas como a habitação, inovação do mercado global, educação e sistema nacional de saúde. Por último, aludiu à importância da cultura enquanto elemento integrador nas sociedades.

O Deputado Carlos Brás (GP do PS) referiu que pandemia constituiu um marco histórico na busca de soluções políticas integradas na Europa, destacando, porém, os desafios com que a UE se depara e para as quais urge encontrar soluções em conjunto nomeadamente no que respeita à energia, clima, migrações, Estado de direito e relacionamento com a vizinhança. Aludiu também à importância da CoFE e questionou sobre a forma como a Roménia tem lidado com a pressão migratória de leste.

O Deputado Robert-Marius Cazanciuc explicou que a Roménia não tem sofrido uma forte pressão migratória uma vez que constitui um país de passagem, sublinhando que as situações que se têm verificado nas fronteiras de certos países europeus deve-se à instrumentalização dos migrantes como arma política contra a Europa para servir os



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 98/XIV/ 3.ª SL

interesses de certos países, sendo necessárias soluções comuns europeias assentes na solidariedade.

Finda a segunda ronda de debates o Presidente da CAE da Assembleia da República e o Presidente da CAE do Senado romeno concluíram a reunião com as últimas declarações de encerramento, agradecendo o encontro e as intervenções, fazendo votos para que as crises políticas de ambos os países fossem ultrapassados com sucesso, e manifestando interesse na continuação deste tipo de encontros.

A reunião foi gravada e encontra-se disponível neste [link](#).

Parte II

1. Informações

Não foram prestadas informações.

2. Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE) – ponto de situação

O Senhor Presidente da CAE informou sobre o sucesso do evento regional da CoFE organizado pela Assembleia da República (AR) que teve lugar no dia anterior na Universidade de Évora, o qual registou uma ampla participação, com uma audiência muito plural, essencialmente constituída por jovens e com a presença e participação da sociedade civil e de políticos. Lamentou, porém, a ausência do representante da Associação Nacional de Municípios, um dos parceiros na organização do evento, que tendo sido delegada no Presidente na Câmara de Évora, não se fez representar. Também agradeceu aos serviços da Assembleia da República envolvidos e, sobre os eventos futuros no âmbito da CoFE, deu nota que, em princípio, os 8 eventos previstos se iriam manter, destacando que o primeiro destes eventos, da responsabilidade do Governo (GOV), ocorrera em julho; o segundo, da responsabilidade da AR havia sido o de Évora; o terceiro, da responsabilidade do GOV em Ponta Delgada a 19 de novembro; e o quarto, da responsabilidade da AR em Santarém a 6 de dezembro. Acrescentou que apesar deste último ocorrer numa altura em que o Parlamento já deveria estar dissolvido, à partida se iria manter, mas que depois provavelmente estas sessões seriam suspensas durante o mês de dezembro e janeiro sendo retomadas em fevereiro.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 98/XIV/ 3.ª SL

3. Apresentação pelo Senhor Deputado Pedro Cegonho do relatório de participação da Assembleia da República na Conferência Interparlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD), que decorreu no dia 9 de setembro de 2021

O Senhor Deputado Pedro Cegonho (GP do PS) informou que a delegação da AR foi constituída por deputados de três Comissões: a CAE representada pela Senhora Deputada Isabel Meirelles (GP do PSD), e por si, a quem coube a chefia da delegação; a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, representada pelo Senhor Deputado Paulo Pisco (GP do PS) e pela Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (GP do PSD); e a Comissão de Defesa, representada pelo Senhor Deputado Diogo Leão (GP do PS) e pela Senhora Deputada Ana Miguel Santos (GP do PSD).

Sublinhou o trabalho que a equipa de apoio à CAE teve no enquadramento de toda a Conferência bem como em todas as questões logísticas associadas, destacando a excelente prestação da Dra. Elodie Rocha da equipa de apoio à CAE e do Dr. Bruno Dias Pinheiro, Representante da Assembleia da República junto das Instituições da UE.

De seguida aludiu à reunião dos 7 parlamentos do sul do Mediterrâneo que fazem parte do Grupo MED, que antecedeu a Conferência da PESC/PCSD, na qual saudou o facto do Parlamento grego ter seguido o exemplo do Parlamento português aquando da Presidência portuguesa do Conselho da UE, alagando a presença a outros deputados, para além da própria delegação, na qual intervieram o Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) e a Senhora Deputada Lara Martinho (GP do PS).

De seguida fez um resumo da Conferência da PESC/PCSD e dos principais temas tratados em cada uma das sessões temáticas da mesma, dos seus moderadores, principais intervenientes, destacando as participações dos membros da delegação da Assembleia da República, e dando nota que a próxima Conferência da PESC/PCSD se irá realizar sob a presidência francesa, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022.

4. Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias

O Senhor Presidente apresentou os resultados da reunião do Grupo de Trabalho refletidos na tabela infra:

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 98/XIV/ 3.ª SL

Referência	Data Iniciativa	Título	Comissão. Competente
COM(2021)577	2021-11-05	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo a um quadro de medidas destinadas a assegurar o abastecimento de contramedidas médicas relevantes para situações de crise em caso de emergência de saúde pública a nível da União	Escrutínio à 9ª Comissão (CS)
COM(2021)661	2021-11-03	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que fixa, para 2022, em relação a determinadas unidades populacionais de peixes e grupos de unidades populacionais de peixes, as possibilidades de pesca aplicáveis nas águas da União e as aplicáveis, para os navios de pesca da União, em certas águas não União	Conhecimento à 7.ª Comissão (CAM)
COM(2021)659	2021-10-29	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório anual sobre as operações de ajuda humanitária da União Europeia financiadas em 2020	Conhecimento à 1ª Comissão (CACDLG), 2ª Comissão (CNECP), 3ª Comissão (CDN)
COM(2021)459	2021-11-09	RELATÓRIO DA COMISSÃO sobre a aplicação em 2020 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão	Conhecimento à 1ª Comissão (CACDLG)
COM(2021)676	2021-11-09	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre instrumentos financeiros, garantias orçamentais, assistência financeira e passivos contingentes Situação em 31 de dezembro de 2020	Conhecimento à 5ª Comissão (COF)
COM(2021)674	2021-11-08	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativo à aplicação da Diretiva Serviços Postais (Diretiva 97/67/CE, com a redação que lhe foi dada pelas Diretivas 2002/39/CE e 2008/6/CE)	Conhecimento à 6ª Comissão (CEIOPH)
COM(2021)675	2021-11-08	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação e execução do Regulamento (UE) 2018/644 relativo aos serviços transfronteiriços de entrega de encomendas	Conhecimento à 6ª Comissão (CEIOPH)
COM(2021)680	2021-11-05	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Execução do terceiro programa de ação da União no domínio da saúde em 2019	Conhecimento à 9ª Comissão (CS)

Submetida a votação, a lista de iniciativas foi ratificada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

5. Outros Assuntos

O Senhor Presidente da CAE informou que, após a dissolução da AR, seria expectável, tendo em conta a decisão tomada aquando da dissolução anterior, que as reuniões para o escrutínio das iniciativas europeias se mantivessem, explicando que não existirão condições para que as iniciativas sinalizadas para escrutínio e/ou conhecimento sejam remitidas às Comissões competentes em razão da matéria, uma vez que estas, não deverão poder reunir para esse efeito. Deu ainda nota que ainda que a CAE pudesse concluir o processo de escrutínio, uma vez que as reuniões serão agendadas em função



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 98/XIV/ 3.ª SL

das sinalizações provenientes do Grupo de Trabalho de Escrutínio das Iniciativas Europeias (GT EIE) sugeriu que a CAE recomendasse ao GT EIE que apenas sinalizasse iniciativas que se revelassem de enorme importância, sugestão que mereceu a concordância dos Senhores Deputados presentes na reunião.

6. Apreciação e votação da ata n.º 97, de 03 de novembro de 2021.

O Senhor Presidente colocou à votação a ata n.º 97 de 03 de novembro, que foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

A reunião foi encerrada às 13:17 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de novembro de 2021.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 98/XIV/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bacelar De Vasconcelos (PS)
Carlos Brás (PS)
Constança Urbano De Sousa (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Isabel Oneto (PS)
Isabel Rodrigues (PS)
Luís Capoulas Santos (PS)
Pedro Cegonho (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Ana Miguel Dos Santos (PSD)
António Cunha (PSD)
António Lima Costa (PSD)
Carlos Alberto Gonçalves (PSD)
Duarte Marques (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
Fabiola Cardoso (BE)
Bruno Dias (PCP)
Edite Estrela (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Santinho Pacheco (PS)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Pisco (PS)
Isabel Meireles (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Beatriz Gomes Dias (BE)
João Pinho De Almeida (CDS-PP)
